vinetur

Alemanha prevê aumento de 20% do imposto federal sobre bebidas espirituosas em 2027

Os deputados isentaram o vinho espumante após análise em comissão; a cerveja e o vinho também ficam fora do aumento previsto na proposta orçamental

sábado, 21 de novembro de 2026



A Alemanha está prestes a aplicar o primeiro aumento do imposto federal sobre bebidas espirituosas desde 1982, ao abrigo de um pacote orçamental que prevê elevar em 20% o imposto sobre o álcool destilado a partir de 1 de janeiro de 2027, mantendo a cerveja e o vinho fora da alteração e, após uma revisão em comissão, isentando também o vinho espumante.

A proposta integra a Haushaltsbegleitgesetz 2027, legislação associada ao orçamento apresentada pelo ministro das Finanças, Lars Klingbeil. Segundo o plano, a taxa do imposto sobre bebidas espirituosas subiria de 13,03 euros para 15,64 euros por litro de álcool puro. A publicação italiana especializada no comércio de bebidas The Garnish noticiou que a alteração acrescentaria quase 90 cêntimos ao preço de retalho de uma garrafa de vodka de 0,7 litros com 40% de teor alcoólico.

A medida ainda não concluiu o processo legislativo. Depois de uma análise pela Comissão das Finanças do Bundestag, a 12 de novembro, os deputados retiraram os vinhos espumantes do âmbito do aumento. A isenção abrange a Schaumweinsteuer alemã, um imposto aplicável a todos os vinhos espumantes vendidos no país, independentemente da sua origem, incluindo Prosecco e Champagne. Ainda não foi marcada uma data para a votação parlamentar final.

Ao mesmo tempo, a coligação governamental alargou o imposto alemão sobre alcopops às bebidas mistas com até 15% de teor alcoólico, incluindo produtos prontos a beber à base de bebidas espirituosas. Segundo a The Garnish, a comissão reduziu também em 45% a taxa do imposto alargado sobre alcopops, embora este ainda acrescente cerca de 1 euro a uma lata de 33 centilitros com 10% de teor alcoólico. Determinou também que 1% dessa receita, até ao limite de 1 milhão de euros, seja destinado a programas de prevenção das dependências.

As estimativas de receita associadas à versão inicial da medida, antes da exclusão dos vinhos espumantes, apontavam para mais 380 milhões de euros em 2027 e 455 milhões de euros por ano até 2031. Por isso, os valores finais poderão mudar se a proposta revista for aprovada na sua forma atual.

O debate alemão surge na sequência de uma proposta mais ambiciosa apresentada por uma comissão de peritos em saúde criada pela ministra da Saúde, Nina Warken. Em março, a comissão recomendou um aumento em três etapas, entre 2027 e 2029, que elevaria o imposto sobre bebidas espirituosas para 26,03 euros por litro, quase o dobro da taxa atual.

A oposição da indústria das bebidas espirituosas tem sido forte. A BSI, associação alemã de produtores e importadores de bebidas espirituosas, defende que o setor já suporta uma carga fiscal desproporcionada. Segundo a associação, as bebidas espirituosas representam 4,6% do volume de bebidas alcoólicas vendido na Alemanha, mas correspondem a 18% a 20% do álcool puro consumido e a quase 70% da receita fiscal proveniente do álcool. Um parecer jurídico encomendado pela associação sustenta que o novo encargo, que, segundo a BSI, seria 7,9 vezes superior ao imposto sobre a cerveja, é incompatível com a Constituição alemã e com o direito europeu.

A proposta é relevante para além da política fiscal, pois poderá alterar a concorrência de preços entre categorias de bebidas. Ao aumentar os impostos sobre as bebidas espirituosas e excluir a cerveja, o vinho e, agora, também o vinho espumante, a Alemanha alargaria a diferença fiscal entre categorias. Isso poderá pressionar as margens de destiladores, importadores e marcas de bebidas prontas a beber que utilizam bebidas espirituosas como base, ao mesmo tempo que confere uma vantagem fiscal relativa aos produtos não abrangidos pelo aumento.

A Alemanha não está a agir isoladamente. Desde julho de 2025, a Organização Mundial da Saúde promove a iniciativa 3 by 35, apelando aos governos para que recorram à tributação a fim de aumentar em pelo menos 50%, até 2035, os preços reais do tabaco, do álcool e das bebidas açucaradas.

Outros países seguiram caminhos diferentes. A Áustria já aprovou uma lei que aumentará em 30% o imposto sobre o álcool, para 15,60 euros por litro de álcool anidro, a partir de 1 de janeiro de 2027, excluindo também a cerveja e o vinho. O Ministério das Finanças austríaco prevê que a alteração gere mais 35 milhões de euros em 2027 e 45 milhões de euros por ano a partir de 2028.

No Reino Unido, o Orçamento de outubro de 2026 voltou a indexar todos os impostos sobre o álcool à inflação, resultando num aumento de 4,55% a partir de 1 de fevereiro de 2027. A medida surge após a reforma de 2023, que passou a tributar o álcool em função do seu teor alcoólico. As associações do setor afirmam que os impostos sobre as bebidas espirituosas aumentaram 17% em três anos. Dados da HM Revenue and Customs indicaram receitas de 4,059 mil milhões de libras com o imposto sobre bebidas espirituosas no exercício fiscal de 2025/26, menos 94 milhões de libras do que no ano anterior. O Tesouro iniciou uma revisão da reforma em abril, e a Scotch Whisky Association está a pedir uma redução.

Na Polónia, os deputados aprovaram em novembro de 2025 um aumento mais acentuado dos impostos especiais de consumo, com subidas de 15% em 2026 e 10% em 2027, em vez dos aumentos anuais de 5% já previstos na lei. Porém, o presidente Karol Nawrocki vetou a medida em dezembro de 2025, afirmando que serviria sobretudo um objetivo fiscal e poderia fazer crescer a economia paralela. Mantêm-se os aumentos anuais de 5%.

Noutros países, os governos optaram por uma abordagem mais moderada. O Japão concluiu a reestruturação do imposto sobre a cerveja a 1 de outubro, reduzindo-o em 14,4% e aproximando-o das taxas aplicadas ao happoshu e às cervejas de terceira categoria, que subiram para o mesmo nível. As bebidas chu-hi em lata estão agora sujeitas a impostos mais elevados, e os principais cervejeiros têm reformulado as marcas de baixo custo para que possam ser comercializadas como cerveja.

O Canadá prolongou por mais dois anos, a partir de 1 de abril, o limite de 2% para os aumentos anuais dos impostos especiais de consumo sobre cerveja, bebidas espirituosas e vinho, que, de outro modo, subiriam em função da inflação ao abrigo da lei federal. Manteve também uma taxa reduzida sobre os primeiros 15 000 hectolitros de cerveja produzidos no país. A Austrália congelou a indexação do imposto especial de consumo sobre a cerveja de pressão entre 1 de agosto de 2025 e agosto de 2027 e aumentou, a partir de 1 de julho, o limite do reembolso do imposto para os pequenos produtores, incluindo destilarias. Mantêm-se os ajustamentos semestrais dos impostos sobre bebidas espirituosas em função da inflação.

Para o setor italiano das bebidas, a proposta alemã tem importância comercial direta. O imposto especial de consumo italiano sobre o álcool etílico mantém-se inalterado desde 1 de janeiro de 2015, nos 10,36 euros por litro de álcool anidro. No entanto, segundo a Italian Trade Agency, a Alemanha foi o principal mercado de exportação dos licores e bebidas espirituosas italianos em 2025, com vendas de 363 milhões de euros, ou 18,95% do total. A Alemanha ficou assim à frente dos Estados Unidos, que representaram 12,5%.

Se a proposta alemã for aprovada na sua forma atual, os amari, licores e grappa italianos vendidos na Alemanha ficarão abrangidos pelo aumento de 20% do imposto. O vermute e os vinhos fortificados continuarão sujeitos ao imposto sobre produtos intermédios, que também aumenta 20% na proposta do governo, enquanto os cocktails enlatados à base de bebidas espirituosas e outras bebidas mistas prontas a beber ficarão abrangidos pelo imposto alargado sobre alcopops.